

ATA NÚMERO 52/XIII (2.ª) SL
18 de janeiro de 2017 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas sobre o [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento", diploma a discutir no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII, do BE](#) e [25/XIII, do PCP](#) - 10h00

5. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos sobre o [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento", diploma a discutir no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII, do BE](#) e [25/XIII, do PCP](#) – 11h00

6. [Petição n.º 206/XIII/2](#) - apresentada pela FENPROF - Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira – 12h00

- Audição dos peticionários
- [Deputada Relatora: Maria Augusta Santos - PS](#)

7. [Projeto de Resolução n.º 575/XIII \(2.ª\)](#), do PCP, Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar no ensino pré-escolar e no ensino básico

- Redação final

8. [Projeto de Resolução n.º 580/XIII \(2.ª\)](#), do BE, Alteração do calendário escolar da educação pré-escolar

- Redação final

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

24 de janeiro de 2017, às 15h

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

Não estando disponível a ata da reunião de 17 de janeiro de 2017 foi adiada a sua apreciação para a reunião seguinte.

3. Comunicações do Presidente

Entrando neste ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão deu conta de que a Embaixada da Finlândia tinha solicitado uma reunião à 8.ª Comissão com o Professor Jari Lavonen, especialista nos assuntos de ensino e formação de professores da Universidade de Helsinki, a realizar no dia 3 de fevereiro (6.ª feira).

Após uma breve discussão sobre esta matéria, ficou acordado receber o Professor Jari Lavonen nesse mesmo dia, às 9 horas em reunião com o Presidente e pelo menos 1 Deputado de cada Grupo Parlamentar.

4. [Audição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas sobre o Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento", diploma a discutir no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs [23/XIII, do BE](#) e [25/XIII, do PCP](#) - 10h00

Os membros da direção do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), identificados na página da [audição](#), referiram o seguinte, em síntese:

1. Como a passagem de «bolseiro doutorado» para «investigador contratado» corresponde a um aumento de encargos superior a 70%, se não houver um aumento da disponibilidade financeira para o efeito haverá sérias dificuldades (ou até, mesmo, em algumas universidades impossibilidade) em efetuar as contratações previstas pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto;
2. A figura do bolseiro é importante e deve ser mantida;
3. Não faz sentido existir estruturas de investigação baseadas exclusivamente em bolseiros, como infelizmente acontece hoje;
4. Para o CRUP o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, vai no sentido positivo, criando mais confiança e estabilidade no sistema;
5. Por outro lado, a não existir um aumento de financiamento, o decreto-lei é motivo de grande preocupação pelo aumento de encargos que acarreta;
6. Para manter o equilíbrio orçamental das instituições há que adotar as medidas adequadas de forma a poder dar cumprimento ao acordo celebrado com o Governo e para que as instituições não entrem numa situação de derrapagem orçamental.

Interveio a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) dizendo que, tal como defendeu na legislatura anterior, defende que os bolseiros não devem ter uma carreira, mas que devem ser dados passos no sentido da valorização dos seus direitos sociais. Para o Grupo Parlamentar do PSD o diploma em apreço reverte o programa investigador FCT, retirando direitos e rendimentos a estes investigadores. Como o Senhor Ministro afirmou que este tema tinha sido amplamente discutido e consensualizado com as instituições, perguntou se o CRUP tinha sido ouvido e qual a posição que defendeu.

A concluir afirmou que este diploma vai prejudicar a carreira de investigador porque não tem uma linha de continuidade em termos de carreira, inibindo uma política de atração de talentos quer nacionais quer internacionais, não reconhecendo ou discriminando qualificações obtidas no estrangeiro.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) perguntou quais eram em concreto as dificuldades de interpretação ou de aplicação do diploma que tenham sido suscitadas pelas universidades para que, uma vez identificadas, se possam adotar medidas para melhorar o diploma. Do ponto de vista da ligação do sistema científico e do sistema de ensino superior, o que poderia ser melhorado no diploma, perguntou.

Em relação ao contrato de legislatura celebrado entre o Governo e as instituições universitárias e politécnicas, disse ser importante conhecer aquilo que já foi feito para alcançar

os objetivos fixados, designadamente no que respeita à criação de novos 2000 lugares de docentes e investigadores nas universidades até 2019.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu-se aos problemas processuais e de interpretação do diploma e daí que a apreciação parlamentar do diploma poderá responder a parte dessas complicações jurídicas, designadamente a respeitante ao financiamento. A este propósito sublinhou que uma das propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do BE apresentar é a de garantir que durante 6 anos o financiamento seja da responsabilidade direta e total da Fundação para a Ciência e Tecnologia ou do próprio Orçamento do Estado.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que o ponto crítico deste diploma prende-se com a institucionalização do aumento das despesas feita por o referido decreto-lei.

Referiu que neste diploma há uma equação difícil de resolver: por um lado, o artigo 22.º do decreto-lei estabelece que o financiamento destas contratações, quando ocorrer por via de receitas próprias ou por via do recurso a projetos, não poderá ser de forma alguma contabilizado para efeitos de futura orçamentação por parte do Estado; por outro, o artigo 23.º determina expressamente que há uma obrigatoriedade na contratação das pessoas que neste momento têm os três anos e em regime de bolseiros. E, nesse sentido, perguntou como é que, em sede da ampla discussão que foi feita com o Senhor Ministro, foi tratada e resolvida esta equação.

Terminou perguntando qual era a prazo a ligação entre o sistema científico e o sistema universitário do ponto de vista da contratação e se fazia ou não faz sentido haver uma maior aproximação da carreira de investigação à carreira de docência.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu que para o Grupo Parlamentar do PCP a falta de financiamento não pode ser fundamento para a negação de direitos e que o importante é responder à necessidade urgente de reconhecer os direitos que foram adiados por vontade alheia às instituições. Para o seu grupo parlamentar o decreto-lei em análise dá algumas pistas mas é claramente insuficiente para resolver esta situação, na medida em que se passa de bolsas precárias para contratos que não deixam também de ser precários.

Na sequência das questões e observações expressas, os representantes do CRUP referiram o seguinte:

1. O problema principal tem a ver com a precariedade, fruto dos problemas orçamentais existentes e da falta de agilidade para fazer contratações na Administração Pública;
2. A necessidade de Portugal dispor de instituições fortes, tornando-se necessário pôr cobro à saída do País dos nossos melhores jovens investigadores que não conseguiram ser recrutados pelas Universidades;

3. A falta de capacidade de fazer cabimentos e compromissos para a abertura de concursos e daí a necessidade de haver um reforço orçamental;
4. O envelhecimento do corpo docente e a necessidade de abrir concursos para se poder levar a cabo essa substituição;
5. As dificuldades existentes na interpretação do diploma;
6. Para além das modalidades de contrato a termo certo na carreira de investigação, deveriam ser abertos concursos na carreira docente para o quadro.

A gravação áudio e vídeo da reunião estão disponíveis na [página da Comissão](#).

5. Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos sobre o [Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto](#), que "aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento", diploma a discutir no âmbito das [Apreciações Parlamentares n.ºs 23/XIII, do BE e 25/XIII, do PCP](#) – 11h00

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Prof. Doutor Nuno Mangas Pereira (Presidente do CCISP e Presidente do IP de Leiria) e Prof.ª Doutora Conceição Bento (membro da Comissão Permanente do CCISP e Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra), explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para fazer a sua intervenção inicial.

O Presidente do CCISP iniciou a sua intervenção afirmando que os politécnicos em termos de investigação não têm muitas pessoas doutoradas mas, sim, bolsiros de investigação, que resulta do facto de os institutos politécnicos não terem nascido há muito tempo em Portugal e também a proibição existente de lhes estar vedada a possibilidade de ministrarem o 3.º ciclo de estudos, situação que espera que seja rapidamente corrigida. Por outro lado, disse esperar que em breve os politécnicos possam, em função das suas competências e depois de devidamente avaliados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, vir a ministrar doutoramentos.

Em relação ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, disse que em julho o CCISP já se pronunciou favoravelmente sobre o diploma, na medida em que este veio trazer novas oportunidades aos investigadores doutorados, passo importante para a renovação do corpo docente e dos investigadores dos politécnicos.

Recordou também que, no âmbito do contrato celebrado entre os politécnicos e o Governo, já se encontrava prevista a contratação de 1000 novos doutorados, professores e investigadores para o corpo docente dos politécnicos e que o decreto-lei em causa pode efetivamente dar um contributo importante para resolver o problema da falta de doutorados.

Quanto ao regime aprovado, disse que o referido diploma constitui um avanço em relação ao regime existente anteriormente, designadamente no que toca à remuneração e aos direitos laborais e sociais, dando a oportunidade aos institutos politécnicos de desenvolver a área da investigação, de trazer novas pessoas e de substituir algumas que entretanto se aposentaram.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), Susana Amador (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) que colocaram algumas questões, designadamente sobre a passagem destes profissionais de «bolseiros» para a celebração de contratos mal pagos, restando menos dinheiro para a investigação; a estimativa do aumento de encargos resultantes deste novo regime; as medidas para combater a precaridade laboral; o balanço do contrato de legislatura celebrado com os politécnicos e o seu programa de modernização; a possibilidade de com o novo regime proceder à contratação de jovens doutorados; os destinatários do diploma em causa e o financiamento envolvido; a abertura de concursos e número de pessoal a contratar.

O Presidente do CCISP respondeu no fim às questões colocadas, referindo-se à situação vivida pelos bolseiros durante muitos anos; à necessidade de contratar novos investigadores e novos docentes; ao contributo que os institutos politécnicos podem dar para o desenvolvimento territorial; ao aspeto mais significativo do contrato de legislatura que foi celebrado e que respeita ao concurso para o ensino superior politécnico ao nível da investigação, tornando possível levar a cabo uma série de projetos de investigação; e à diferenciação positiva que foi registada quanto ao ensino politécnico.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

6. [Petição n.º 206/XIII/2](#) - apresentada pela FENPROF - Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira – 12h00

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes da FENPROF, Profs. Mário Nogueira, Anabela Sotaia, José Alberto Marques, Ana Simões e Brígida Batista, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para fazer a sua intervenção inicial.

Mário Nogueira agradeceu a concessão da audiência, tendo dito ser urgente melhorar as condições de trabalho dos docentes, bem reveladoras das preocupações desta classe profissional e que tem sido mal tratada pelos sucessivos governos.

Lembrou o enorme desgaste a que estão sujeitos os professores, tornando-se necessário, por um lado, criar condições para que os professores com mais tempo de serviço e mais idade possam ter um outro desempenho e num contexto diferente e, por outro, empreender a

renovação geracional desta classe profissional. O envelhecimento do corpo docente e a precaridade existente são duas questões a resolver, sendo necessário criar um regime excecional de aposentação que tenha em devida conta os seus descontos contributivos.

Salientou também, como medida para atenuar o desgaste da profissão, a necessidade de clarificar de uma vez por todas aquilo que é componente letiva e o que não o é e a adoção de medidas que conduzam ao descongelamento das carreiras.

Colocaram diversas questões as Senhoras Deputados Maria Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram questões sobre, designadamente, a instabilidade que se vive fruto das medidas recentemente adotadas pelo Ministério da Educação; a precaridade existente, a abertura de concursos e a entrada de lugares para o quadro; o adiamento do descongelamento das carreiras; a criação de falsas promessas e de anúncios; o plano de combate à precaridade; a reorganização das carreiras e do horário de trabalho dos docentes; o financiamento do sistema educativo e os processos de ensino-aprendizagem; a desvalorização dos professores e da escola pública levada a cabo nos últimos anos; a graduação profissional e a antiguidade; e a discriminação a que estão sujeitos os professores do ensino particular e cooperativo.

Mário Nogueira respondeu no fim às perguntas e observações expressas pelos Senhores Deputados, tendo-se referido à vinculação de docentes de uma forma faseada; às longas carreiras e ao desgaste imenso a que está sujeita esta atividade; à correção das ilegalidades existentes nas carreiras; e ao combate à precaridade existente.

A gravação da audição dos petiçãoários está disponível na [página da Comissão](#).

7. [Projeto de Resolução n.º 575/XIII \(2.ª\)](#), do PCP, **Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar no ensino pré-escolar e no ensino básico**
8. [Projeto de Resolução n.º 580/XIII \(2.ª\)](#), do BE, **Alteração do calendário escolar da educação pré-escolar**

Uma vez acolhidas as sugestões feitas pela DAPLEN, a proposta do texto de junção dos 2 projetos de resolução acima referidos, foi aprovada por unanimidade dos Deputados dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

10. Data da próxima reunião

24 de janeiro de 2017, às 15h



Comissão de Educação e Ciência

A reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 1 de fevereiro de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Duarte Marques
Elza Pais
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Diogo Leão
Emília Santos
João Torres
Margarida Mano
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: